

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO
SOROCABA /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS
DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2022 e
Relatório dos Auditores Independentes*

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO PELO
BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2022 e de 2021**

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanços patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8 - 14

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA/GERENCIADO PELO
BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

Sorocaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2023.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Presley
José
Godoy

Assinado de forma
digital por Presley
José Godoy
Dados: 2023.03.01
12:05:23 -03'00'

Presley José Godoy
Contador
CRC 1 SP 185.052/O-5

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras - com restrição	03	130.289	1.102.588
Créditos a receber		130.473	-
Estoques		76.061	45.460
Adiantamentos		44.735	14.083
Outros ativos circulantes		7.416	2.757
Total do ativo circulante		<u>388.974</u>	<u>1.164.888</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado Gestão Pública	04	1.528.489	1.577.096
Total do ativo circulante		<u>1.528.489</u>	<u>1.577.096</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.917.463</u>	<u>2.741.984</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		66.031	116.546
Obrigações sociais e fiscais		47.484	34.987
Provisão de férias e encargos		206.914	158.244
Empréstimos filiais		1.139	233
Subvenções vinculadas – Custeio e investimento		21.942	829.233
Outros passivos circulantes		45.464	25.645
Total do passivo circulante		<u>388.974</u>	<u>1.164.888</u>
NÃO CIRCULANTE			
Subvenções vinculadas – Imobilizado Gestão Pública		1.528.489	1.577.096
Total do passivo não circulante		<u>1.528.489</u>	<u>1.577.096</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		<u>1.917.463</u>	<u>2.741.984</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

**Demonstrações do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

	Nota	2022	2021
RECEITAS			
Contrato de Gestão	5	5.557.787	4.559.639
Total Receita		5.557.787	4.559.639
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos dos serviços prestados		(5.181.480)	(4.289.052)
Receita operacional líquida		376.307	270.587
DESPESAS			
Administrativas e gerais		(149.981)	(115.638)
Serviços de terceiros		(29.907)	(23.706)
Manutenção		(192.250)	(127.590)
Total das despesas		(372.138)	(266.934)
Superávit/(déficit) operacional		4.169	3.653
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado financeiro líquido		(4.169)	(3.653)
Total das receitas/(despesas) operacionais		(4.169)	(3.653)
Superávit/(Déficit)do exercício		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO
PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73**

**Demonstrações do Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

	Nota	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (déficit) do período		-	-
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização		215.269	253.815
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado		249.891	
Redução (aumento) do ativo			
Aplicações financeiras		972.299	(461.385)
Estoques		(30.601)	(6.354)
Outros ativos		(165.784)	(12.810)
Aumento (redução) do passivo			
Fornecedores		(50.515)	69.475
Obrigações sociais e fiscais		12.497	3.799
Provisão de férias		48.670	60.879
Empréstimos		906	123
Imobilizado Gestão Pública		(48.607)	(237.599)
Subvenções vinculadas – Custeio e investimento		(807.291)	346.110
Outros passivos		19.819	163
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais		416.553	16.216
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aumento do ativo imobilizado		(416.553)	(16.216)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos		(416.553)	(16.216)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Recebimentos de empréstimos e financiamentos		-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		-	-
Recebimentos de empréstimos - Matriz		-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos		-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes		-	-
Caixa e equivalentes no início do período		-	-
Caixa e equivalentes no fim do período		-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0018-73

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Olhos de Sorocaba portador do CNPJ n.º 50.795.566/0001-25 qualificada como Organização Social de Saúde, atrás do despacho do secretário, de 03/10/2008 processo 55001/0001/002107/2007 – publicado no D.O. de 08/10/2008, é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecido juridicamente de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto n.º 6.670, publicado no D.O.E. de 28/03/1990. O Contrato de Gestão nº001.0500.000.005/2018 firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Banco de Olhos de Sorocaba tem como objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Centro de Reabilitação Lucy Montoro Sorocaba, assinado em 04 de abril de 2018, com vigência de 5 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2022.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO

	2022	2021
Aplicações em fundos de investimentos	130.289	1.102.588
Total	130.289	1.102.588

4. IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u> <u>31.12.2022</u>
<u>Custo – sem restrição</u>					
Equipamento hospitalar	1.683.308	358.733	(336.413)	-	1.705.628
Máquinas e equipamentos	106.031	28.403	(57.830)	-	76.604
Equipamento processamento	248.397	2.090	(36.413)	-	214.074
Móveis e utensílios	307.685	27.327	-	-	335.012
Total	2.345.421	416.553	(430.656)	-	2.331.318
<u>Depreciação Acumulada</u>					
Ajuste vida útil	(768.325)	(215.269)	180.765	-	(802.829)
Total	(768.325)	(215.269)	180.765	-	(802.829)
Total	1.577.096	201.284	(249.891) (i)	-	1.528.489

(i) São decorrentes de transferências para unidade de Diadema, conforme ofício 150/2021 e 069/2022.

5. CONTRATOS DE GESTÃO

Durante os exercícios de 2022 e de 2021 a entidade recebeu da Secretaria de Estado da Saúde através do Contrato de Gestão valores para investimentos e para operacionalização das atividades:

	2022	2021
Contrato de Gestão nº 001.0500.000.005/2018 – Custeio	5.557.787	4.559.639
Total	5.557.787	4.559.639

6. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DE GERENCIAMENTO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO SOROCABA

Relatório de Produção de Atendimento de objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Centro de Reabilitação Lucy Montoro Sorocaba.

Exercício de 2022

Linha de atendimento	SUS
Reabilitação – Total	48.529
Consulta médica	3.699
Consulta não médica	12.913
Terapia/sessão - não médica	29.769
Pacientes atendidos - Atividade educativa	498
Grupo - Atividade educativa	160
Órteses fornecidas	655
Próteses fornecidas	123
Meios de locomoção	407
Outros	-
Procedimentos Médicos - Acompanhamento (Reabilitação)	305

Relatório de Execução do Contrato de Gestão – 2022

Linha de contratação	Contrato	Realizado
Consulta Médica Total	3.840	3.699
Atendimento não médico total	41.832	42.682
Consultas não médicas	11.952	12.913
Procedimentos terapêuticos (Sessões)	29.880	29.769
Procedimentos Médicos Total	360	305
Fornecimento de Órtese/Prótese/Meios Auxiliares - Acompanhamento	780	1.185
Órteses	480	655
Próteses	60	123
Meios de locomoção	240	407
Atividade Educativa/Orientação em Grupo Total - Acompanhamento	2.112	658
Grupo - Atividade educativa	192	160
Pacientes atendidos - Atividade educativa	1.920	498

Exercício de 2021

	SUS
Linha de atendimento	
Reabilitação – Total	48.285
Consulta médica	3.432
Consulta não médica	12.099
Terapia/sessão - não médica	30.795
Pacientes atendidos - Atividade educativa	402
Grupo - Atividade educativa	168
Órteses fornecidas	535
Próteses fornecidas	81
Meios de locomoção	599
Outros	-
Procedimentos Médicos - Acompanhamento (Reabilitação)	174

Relatório de Execução do Contrato de Gestão – 2021

Linha de contratação	Contrato	Realizado
Consulta Médica Total	3.840	3.432
Atendimento não médico total	41.760	42.894
Consultas não médicas	11.880	12.099
Procedimentos terapêuticos (Sessões)	29.880	30.795
Procedimentos Médicos Total	336	174
Fornecimento de Órtese/Prótese/Meios Auxiliares - Acompanhamento	780	1.215
Órteses	480	535
Próteses	60	81
Meios de locomoção	240	599
Atividade Educativa/Orientação em Grupo Total - Acompanhamento	1.848	570
Grupo - Atividade educativa	168	168
Pacientes atendidos - Atividade educativa	1.680	402

7. CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º da CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo;

8. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIUBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Financeiras, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 83 do Estatuto Social).
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 79 do Estatuto Social).
- c) Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

9. CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO.

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, conseqüentemente usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Entidade é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido;

10. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para usufruir da isenção tributária, cumpre os seguintes requisitos:
Estatutários

- Não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade públicas consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo.

11. OPERACIONAIS CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidades de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, dos documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpri as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributárias;
- Elabora as demonstrações financeiras e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em razão das medidas impostas pela Lei 13.979/20, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em 22 de abril de 2021 foi publicada a Lei 13.992 que suspendeu por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março desse ano, posteriormente prorrogado até 31/12/2021 pelas leis 14.123/21, 14.189/21 e 14.400/2022 e a portaria 1.124/20 do Ministério da Saúde.